

## OS DISTRITOS FRONTEIRIÇOS DE MOÇAMBIQUE

Mozambique's bordering districts

Los distritos fronterizos de Mozambique

Antonio Gomes de Jesus Neto  
Universidade de São Paulo  
[antoniogjneto@yahoo.com.br](mailto:antoniogjneto@yahoo.com.br)

**Resumo:** Moçambique faz fronteira com 6 países da África Austral: África do Sul, Suazilândia, Zimbábwe, Zâmbia, Malawi e Tanzânia. Ao longo dessa faixa de fronteira, inúmeros distritos (unidade administrativa do território moçambicano) refletem as diferentes dinâmicas existentes entre Moçambique e seus vizinhos: o comércio e a imigração, o isolamento e a integração, os corredores de transporte e as infraestruturas precárias; tudo isso em um ambiente predominantemente rural. As fronteiras moçambicanas seriam, assim, um bom exemplo da unidade e da diversidade dos territórios que a integração da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) supõe.

**Palavras-chave:** Moçambique; Fronteira; África Austral; Território.

**Abstract:** Mozambique borders 6 countries in Southern Africa: South Africa, Swaziland, Zimbabwe, Zambia, Malawi and Tanzania. Along this borderline many districts (administrative unit in Mozambique) reflect the different dynamics between Mozambique and its neighbors: trade and immigration, isolation and integration, transport corridors and precarious infrastructure; all that in a predominantly rural environment. Mozambican borders would therefore be a good example of the unity and diversity of the territories that the integration of the Southern African Development Community (SADC) supposes.

**Keywords:** Mozambique; Borders; Southern Africa; Territory.

**Resumen:** Mozambique limita con seis países del sur de África: Sudáfrica, Swazilandia, Zimbabwe, Zambia, Malawi y Tanzania. A lo largo de esta región fronteriza, muchos distritos (unidad administrativa de Mozambique) reflejan las diferentes dinámicas entre Mozambique y sus vecinos: el comercio y la inmigración, el aislamiento y la integración, los corredores de transporte y la infraestructura deficiente; todo en un ambiente que predomina el rural. Por lo tanto, las fronteras de Mozambique serían un buen ejemplo de unidad y diversidad de los territorios que la integración de la Comunidad de Desarrollo de África Austral (SADC) supone.

**Palabras-clave:** Mozambique; Frontera; África Austral; Territorio.

## Introdução

Em uma obra seminal para o pensamento geográfico brasileiro, Santos (1978) sugeriu que o geógrafo, mais do que se preocupar em definir o que é a Geografia, deve dirigir suas atenções para a definição de seu objeto, que para ele seria o próprio “espaço geográfico”. A preocupação em definir tal categoria acompanhou todo o percurso acadêmico do autor, que em uma de suas últimas obras definiu o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (SANTOS, 1996). Em torno dessa categoria fundamental – o espaço geográfico – gravitariam todas as outras categorias que estruturam o discurso geográfico, como a região, o território, o lugar, a paisagem e etc.

Dentre essas categorias, o território seria, para Gottman ([1975] 2012, p. 523-525), uma “conexão ideal entre espaço e política [...] fruto de repartição e de organização”, de modo que a compreensão do território passa, em grande parte, pelo entendimento de seus limites e de sua regulação. Em relação à repartição do território, é muito antiga a preocupação da Geografia Política com os conceitos de limite e fronteira, sendo o primeiro mais relacionado a linhas imaginárias e marcos físicos que separam um território de outro vizinho, enquanto a fronteira remeteria a uma zona de transição entre territórios, sendo portanto habitada (MARTIN, 1992). Já em relação à organização e regulação do território, a preocupação central gira em torno da soberania, sobretudo a soberania do Estado-nação, ainda que Antas Júnior (2005) chame atenção ao compartilhamento atual dessa regulação entre o Estado, as corporações e as instituições civis – a que ele chamou “regulação híbrida do território”.

Levando essa discussão ao território moçambicano, localizado no sul da África, é possível sintetizar a questão da repartição e organização do território através de uma análise dos seus distritos fronteiriços.

Em Moçambique, país com um passado colonial, o processo de divisão administrativa do território é central para seu sistema de regulação, ainda que tal recorte seja herdado fortemente da administração colonial portuguesa. O Estado português dividiu, para fins administrativos, o território em Distritos (maior unidade administrativa), Concelhos, Circunscrições e Postos (menor unidade administrativa). Essa divisão permaneceu até a independência moçambicana em 1975, quando a FRELIMO<sup>1</sup> alterou a classificação das unidades administrativas. Assim, os antigos Distritos passaram a serem chamados de Províncias, os Concelhos e Circunscrições passaram a ser Distritos, e os Postos foram rebatizados como Localidade<sup>2</sup>. Em 1986, os Postos voltaram a ser uma unidade administrativa, com o nome de Postos Administrativos, sendo as Localidades a menor unidade administrativa do território<sup>3</sup>. Essa seria, portanto, a divisão territorial moçambicana que persiste até hoje, indo da maior unidade administrativa, a Província, que por sua vez é subdividida em Distritos (**Mapa 1**), e estes em Postos Administrativos, que por fim englobam as Localidades.

---

<sup>1</sup> Frente de Libertação de Moçambique, organização responsável pela luta de libertação nacional no país, e que com a independência em 1975 se tornou um partido político que está no poder até hoje.

<sup>2</sup> Decreto-Lei nº 6/75 de 18 de Janeiro.

<sup>3</sup> Lei nº 4/86 de 25 de Julho.

O presente artigo pretende elaborar um quadro do estado das fronteiras moçambicanas na primeira década dos anos 2000 a partir dos Distritos fronteiriços, de acordo com o respectivo país vizinho, identificando suas dinâmicas internas e suas características sócio-econômicas. Esse quadro será baseado em material documental intitulado “Perfis Distritais”, disponibilizado na internet pelo governo moçambicano, além de revisão bibliográfica relacionada às fronteiras de Moçambique.

Não será possível, porém, abordar igualmente todas as fronteiras, visto que a bibliografia varia de país a país. As fronteiras da África do Sul, Zimbabwe e Malawi, por exemplo, possuem uma relativa quantidade de artigos acadêmicos, além dos Perfis Distritais. Já em relação às fronteiras da Zâmbia e da Tanzânia, não foi encontrado nenhum artigo acadêmico, de maneira que a abordagem será feita exclusivamente por meio dos Perfis.



**Mapa 1:** A divisão de Moçambique em distritos

Fonte: Adaptado de <http://mozambique-tradicional.com/documents/MAPAdistritos.jpg>

## A fronteira Moçambique-África do Sul

A análise da fronteira entre Moçambique e África do Sul será baseada em 4 distritos fronteiriços: Matutuine, Moamba, Magude e Massingir. Além deles, fazem também fronteira com a África do Sul os distritos de Namaacha e Chicualacuala, mas devido às dinâmicas internas desses distritos estarem mais ligadas à Suazilândia e ao Zimbabwe, respectivamente, ambos serão abordados durante a análise das fronteiras de Moçambique com esses outros países vizinhos.

Uma característica comum a esses 4 distritos abordados é a de uma população essencialmente rural. A maior taxa de urbanização dentre eles é a de Moamba, onde apenas 26% da população é urbana, chegando ao extremo de 7% em Matutuine. A atividade econômica principal desses distritos é a agricultura, sobretudo a agricultura familiar, ainda que explorações privadas comecem a se espalhar pelo território<sup>4</sup>. Em Matutuine, por exemplo, essas explorações absorvem cerca de 30% da mão-de-obra assalariada do distrito, e os conflitos por posse de terra entre moçambicanos de Maputo e sul-africanos começam a criar um grande problema para o governo distrital, da mesma forma que nos distritos de Magude e Moamba, esse último descrito por Bila (2007, p. 20):

“Segundo as fontes distritais, existem conflitos de terra no Distrito de Moamba, principalmente nos postos administrativos de Ressano Garcia e Sabié, os quais envolvem a população local e agricultores sul-africanos na disputa de grandes áreas de terra”.

Também em Matutuine, o comércio de fronteira ocupa 12% da população economicamente ativa e, apesar da falta de dados, o distrito de Moamba provavelmente possui uma porcentagem ainda maior, devido à existência de um posto fronteiriço no Distrito e por ele ser cortado pela estrada nacional (EN4) que liga Maputo à África do Sul.

A população vive, de maneira geral, em palhotas, com chão de terra batida e telhado de zinco, com as paredes feitas de caniço ou madeira. Essa população distribui-se quantitativamente em cada um dos distritos da seguinte maneira: Matutuine (52.703 habitantes); Moamba (62.392 habitantes); Magude (62.434 habitantes) e Massingir (27.757 habitantes)<sup>5</sup>.

Outro dado interessante sobre esses distritos é em relação ao idioma falado. Apenas em Moamba a quantidade de pessoas que fala português está acima dos 50%, enquanto que em Massingir essa quantidade não passa de 20%. O idioma materno varia de distrito para distrito, mas geralmente é o mesmo idioma falado pelas populações do outro lado da fronteira.

---

<sup>4</sup> Essa agricultura familiar, porém, utiliza uma pequena porcentagem das terras disponíveis nos distritos, dando margem a essa exploração privada.

<sup>5</sup> De acordo com os respectivos Perfis Distritais.

### *O Distrito de Matutuine*

O comércio de fronteira é uma das atividades que mais movimenta os habitantes de Matutuine. Ligada por laços étnicos e lingüísticos (e por muitas vezes familiares) com a população que vive do lado sul-africano, a população de Matutuine transita entre os dois territórios visando melhorar sua situação econômica através do comércio. Mas existe uma vila em Matutuine, mais precisamente no Posto Administrativo de Zitundo, que é emblemática das relações de fronteira entre Moçambique e a África do Sul: a vila de Ponta d'Ouro.

A Ponta d'Ouro é uma vila que se formou ao redor da última praia moçambicana antes do território sul-africano, com quem compartilha o nome. Existe uma estrada de terra, inicialmente apenas transitável com veículos 4 x 4, mas pela qual também circulam “chapas<sup>6</sup>”, que liga a Catembe (Posto Administrativo ao sul de Maputo, com quem possui ligação por meio de balsas) à vila, mas a principal movimentação provém do território sul-africano, através do posto fronteiriço de Kosi Bay, majoritariamente de turistas.

A maior parte das edificações na Ponta d'Ouro é de construção sul-africana, desde casas de veraneio até restaurantes e pousadas para turistas, que vão para o local atrás de sossego e para praticar esportes náuticos. Os estabelecimentos comerciais, inclusive, podem ser pagos tanto em Meticais (moeda moçambicana) quando em Rands (moeda sul-africana), e os moçambicanos relatam que o turismo de sul-africanos não é de muita vantagem econômica para eles, uma vez que os turistas geralmente levam tudo que precisam nos trailers onde viajam e, quando gastam dinheiro, usam sua própria moeda em estabelecimentos gerenciados por sul-africanos.

### *O Distrito de Moamba*

Grande parte da dinâmica fronteiriça entre Moçambique e a África do Sul deve-se ao distrito de Moamba, pois é nesse distrito que localiza-se o posto fronteiriço de Ressano Garcia, principal porta de entrada oficial do território sul-africano para os moçambicanos. Atravessado por uma ferrovia e por uma estrada nacional (EN4), o posto de Ressano Garcia conecta Maputo à região mais rica da África do Sul, Gauteng (onde localizam-se Johannesburg e Pretória), bem como à cidade de Nelspruit, importante centro comercial para os moçambicanos, que deslocam-se para lá aos finais de semana para fazer compras e utilizar serviços médicos, atividade facilitada pela isenção de vistos de entrada para habitantes de ambos países desde 2006 (MUNGÓI, 2010).

Apesar dessa isenção de vistos, grande parte da migração de moçambicanos para a África do Sul efetuada em Ressano Garcia ainda é ilegal, devido às dificuldades econômicas e sociais de Moçambique e ao rígido controle migratório das autoridades sul-africanas. A maioria dos trabalhadores moçambicanos que migram ilegalmente vai à África do Sul para trabalhar nas minas ou em fazendas, mas nem sempre

---

<sup>6</sup> Nome dado ao meio de transporte mais comum em Moçambique, pequenas vans, geralmente japonesas, que são consideradas em desuso no país de origem, e que em terras moçambicanas circulam sempre lotadas transportando a população local.

conseguem esses serviços, e acabam se envolvendo com o comércio através da solidariedade por parte dos conterrâneos moçambicanos que lá já estão. A situação ilegal, porém, não resiste por muito tempo em terras sul-africanas, e constantemente esses imigrantes são abordados pela polícia local e mandados para o Centro de Concentração de Lindela, que na verdade, funciona como uma prisão. Depois de presos e interrogados (e de sofrer maus-tratos), esses imigrantes são repatriados e deixados em Ressano Garcia (BILA, 2007). Uma vez lá, muitos desses repatriados, por não possuírem dinheiro para regressar à sua terra natal, se estabelecem por ali mesmo, se envolvendo no comércio, e até mesmo regressando à África do Sul. Além disso, alguns deles acabam por se tornar alcoólatras, usuários de drogas, promotores do câmbio ilegal e da prostituição, além de praticantes de roubos e assaltos, trazendo uma instabilidade interna ao posto administrativo de Ressano Garcia (BILA, 2007).

De qualquer maneira, ainda são muitos os moçambicanos que trabalham dentro da legalidade nas minas africanas, e segundo Mungói (2010) a presença desses mineiros é muito perceptível, tanto pela grande quantidade de mercadorias que movimentam (basicamente alimentos e materiais de construção), quanto pela existência de um balcão específico para atendimento dos mineiros no posto de fronteira.

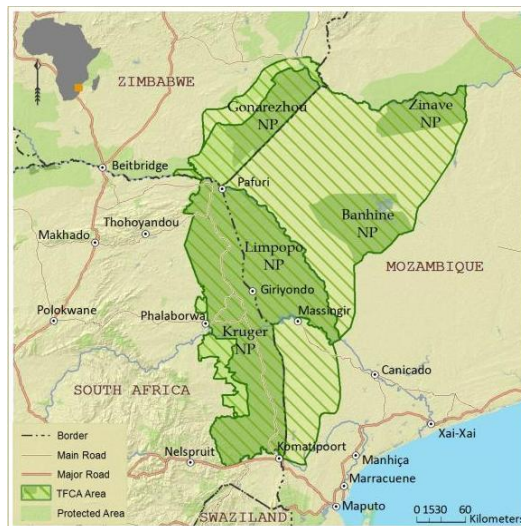
### *Os distritos de Magude e Massingir*

Se os distritos abordados anteriormente se caracterizam por uma viva dinâmica de fronteira, Magude e Massingir funcionam de maneira oposta.

Magude, que é o último distrito da província de Maputo antes da província de Gaza, tem uma baixa densidade populacional de 9 hab/km<sup>2</sup> e, além disso, essa população está distribuída de tal maneira que, quanto mais perto da fronteira, menor a densidade populacional (o Posto Administrativo de Mapulanguene, que é onde se encontra o limite internacional entre Moçambique e África do Sul, possui uma densidade populacional de apenas 0,5hab/km<sup>2</sup>). Da mesma forma, o distrito de Massingir, já na província de Gaza, possui uma densidade populacional de 5 hab/km<sup>2</sup>, fazendo com que essa zona de fronteira tenha um movimento muito pequeno.

Existem duas razões principais para esse baixo povoamento da fronteira: primeiramente, essa não é uma zona muito fértil para agricultura, e considerando que grande parte da população desses distritos (e de todo o país) é rural, não é vantajoso habitar essas terras; a segunda razão é a de que grande parte da área que ocupam esses distritos está inserida na Área de Conservação Transfronteiriça do Limpopo, que junta três parques nacionais de Moçambique, África do Sul e Zimbabwe: o Parque do Limpopo, o Kruger e o Gonarezhou, respectivamente (**Mapa 2**).





**Mapa 2:** Área de Conservação Transfronteiriça do Limpopo  
**Fonte:** <http://www.peaceparks.org/story.php?pid=1005&mid=1048>

Por se situarem dentro de um parque nacional, existem restrições quanto à ocupação pelos habitantes dos distritos, além da numerosa presença de animais selvagens que ameaçam os moradores. Esses ataques, inclusive, são constantes e responsáveis pela morte de diversas pessoas que tentam cruzar ilegalmente a fronteira em direção à África do Sul por dentro das savanas dos parques nacionais<sup>7</sup> (MUNGOI, 2010).

Assim, a dinâmica de fronteira dos distritos de Magude e Massingir é muito pequena, uma vez que os habitantes são geralmente agricultores, que por não haver também aglomerações populacionais do outro lado da fronteira, não necessitam fazer comércio com o país vizinho. O movimento comercial gira em torno da linha férrea que parte de Maputo em direção à Chicualacuala (na fronteira com o Zimbábue), passando pelo distrito de Magude, com o centro de comércio estabelecido na cidade de Chókwe, situada no distrito de mesmo nome na província de Gaza.

## A fronteira Moçambique Suazilândia

Apenas dois distritos moçambicanos fazem fronteira com a Suazilândia: os distritos de Namaacha e de Matutuíne. Como o distrito de Matutuíne já foi abordado na seção anterior, e as relações desse distrito são muito mais estreitas com a África do Sul do que com a Suazilândia, abordaremos aqui apenas o distrito de Namaacha.

### *O distrito de Namaacha*

O distrito de Namaacha tem uma população aproximada de 45.000 habitantes, dos quais 72% vivem em áreas rurais, tendo como a agricultura sua principal ocupação e fonte de rendimentos. A população de

<sup>7</sup> Os chamados “mafohlane”.

caráter urbano vive quase em sua totalidade na vila de Namaacha e seus arredores. O distrito é dividido em dois Postos Administrativos, cada um com um posto fronteiriço com a Suazilândia: no Posto de Administrativo de Namaacha fica a fronteira da vila de Namaacha, enquanto em Changalane localiza-se o posto fronteiriço da vila de Goba.

A vila de Namaacha é ligada à capital Maputo por uma estrada nacional, a EN2, que de Maputo passa por Boane, dali à Namaacha, seguindo depois para o interior do território swazi. Já a vila de Goba, segundo o Perfil Distrital disponibilizado pelo governo moçambicano, é ligada por meio da ferrovia à Boane e à Suazilândia, basicamente para o transporte de carga.

Um ramo que tem se desenvolvido no distrito é o turismo, principalmente em relação à vila de Namaacha. Existem no distrito, como consequência do turismo, estabelecimentos como hotéis, restaurantes e bares.

A vila de Namaacha, em virtude de sua localização fronteiriça com a Suazilândia, foi o lugar onde surgiu uma prática comercial de fronteira muito característica ao longo dos limites territoriais do sul de Moçambique (inclusive em relação à África do Sul): o chamado “Mukhero”.

A migração de moçambicanos para a Suazilândia teve seu maior influxo depois de 1984, durante a guerra de desestabilização que assolava as zonas rurais de Moçambique, e que foi também um período de seca e fome no país. Porém, enquanto muitas famílias migravam visando fugir da guerra e conseguir trabalho remunerado na Suazilândia, alguns habitantes da zona de fronteira começavam a fazer incursões periódicas em território swazi atrás de produtos básicos não encontrados em Moçambique para revender na vila de Namaacha, principal aglomeração fronteiriça com a Suazilândia, dando origem ao Mukhero (MUENDHANE, 2006).

Ciente das dificuldades econômicas do país, o governo moçambicano criou dias especiais na semana (quarta e sábado) para que os moradores de Namaacha pudessem cruzar a fronteira para a Suazilândia para comprar uma quantidade limitada de produtos que não eram possíveis de encontrar em Moçambique por conta da guerra. Em virtude da corrupção dos funcionários da fronteira, porém, as alfândegas não coletavam os impostos de importação como deveriam, o que levou muitos moçambicanos (sobretudo as mulheres) a adotarem o “mukhero” como sua atividade de sobrevivência, vindo inclusive pessoas de Maputo para realizar esse comércio de fronteira. Grande parte dessa corrupção que não fiscalizava os produtos importados era fruto da má remuneração dos funcionários da alfândega, que em troca de suborno liberavam a passagem de muitos produtos para uma mesma pessoa. Quando não negociavam com os funcionários da alfândega, os mukheristas simplesmente fugiam da fiscalização, ou declaravam menos do que estavam realmente importando, fazendo com que a coleta de impostos aduaneiros não fosse significativa para o governo moçambicano (MANGANHELA, 2006).

Em 1997, porém, o governo moçambicano resolve fazer uma reforma na administração das alfândegas, com base em um protocolo da SADC<sup>8</sup>, que visava uma maior integração comercial entre os

---

<sup>8</sup> Southern African Development Community (SADC), bloco regional da África Austral que busca uma maior integração, sobretudo econômica, entre os países da região.



países que a compunham. Para tal, Moçambique fechou uma parceria com a agência britânica *Crown Agency*, que iria administrar as alfândegas moçambicanas e fiscalizar o movimento de fronteira, aumentando assim as receitas do país em relação a direitos aduaneiros. Essa reestruturação das alfândegas acabou por dificultar o negócio dos mukheristas, que no ano 2000 viram-se obrigados a se organizar em uma associação, que trabalhava em conjunto com as alfândegas, fazendo com que o mukhero adquirisse um estatuto legal. De qualquer maneira, alguns mukheristas recusavam-se a se associar, e com a abertura de um novo posto de fronteira com a Suazilândia - o posto de Goba -, o mukhero se estendeu a outras áreas da fronteira com o território swazi (MANGANHELA, 2006).

## **A fronteira Moçambique-Zimbabwe**

Diferentemente do tratamento dado aos distritos fronteiriços de Moçambique com a África do Sul e Suazilândia, na fronteira com o Zimbabwe não serão abordados os 10 distritos existentes ao longo dessa divisão. Grande parte da fronteira não é nitidamente demarcada e não possui grandes diferenças entre os distritos, sendo considerada por seus habitantes como um só território culturalmente comum, com uma matriz rural dominante e um fluxo contínuo de pessoas e produtos, com crianças indo à escola do outro lado da fronteira e uma atividade comercial intensa.

Dessa forma, serão abordados apenas dois distritos, que possuem dinâmicas próprias decorrentes de situações específicas, além de fontes bibliográficas um pouco mais aprofundadas: são os distritos de Chicualacuala e Manica.

### *O distrito de Chicualacuala*

A escolha do distrito de Chicualacuala para uma abordagem mais detalhada neste artigo se deve à influência da ferrovia que liga Maputo à fronteira com o Zimbabwe na sua dinâmica.

Chicualacuala é o maior distrito do país em extensão territorial, com 18.155 km<sup>2</sup>, possuindo aproximadamente 41.200 habitantes distribuídos em uma média de 2,3 hab/km<sup>2</sup>. Essa população é jovem, com 47% dos habitantes menores de 15 anos, e essencialmente rural, com apenas 14% vivendo em áreas urbanizadas (sobretudo na vila Eduardo Mondlane – posto fronteiriço e final da linha férrea que leva ao Zimbabwe). A agricultura é a atividade dominante entre os moradores do distrito, ainda que apenas 0,6% de sua área total sejam ocupadas por essa atividade. Somente 4% da população do distrito tem acesso à energia elétrica, que é fornecida por geradores da companhia CFM (Caminhos de Ferro de Moçambique) e abastece basicamente a vila Eduardo Mondlane e Mapai (rota da linha férrea). Grande parte da infraestrutura de transportes e de comércio foi destruída durante o período de guerras e não foi reconstruída, havendo ainda minas terrestres nas áreas mais distantes de estradas e da ferrovia<sup>9</sup>. Da infraestrutura restante destaca-se a

---

<sup>9</sup> Em 1992 iniciou-se um processo de desminagem em todo o país, eliminando a quase totalidade das minas terrestres, ainda que algumas explosões ainda atinjam moradores da região.

ligação rodoviária com a cidade de Chókwe, uma espécie de pólo comercial da região, e que é também uma parada importante da linha férrea que liga Maputo ao Zimbabwe<sup>10</sup>.

Essa linha férrea, ligando Maputo ao Zimbabwe e que passa pela cidade de Chókwe, corta também todo o distrito de Chicualacuala, configurando uma organização espacial do distrito que gira em torno da ferrovia. Massaiete (1999) relata que grande parte das aglomerações populacionais do distrito de Chicualacuala é de origem ferroviária, ou seja, nasceram em volta da linha férrea em questão. Isso não significa, porém, que essas aglomerações tenham gerado uma urbanização no distrito, fato somente aplicável à vila Eduardo Mondlane e à Mapai. Ainda que os habitantes usem a ferrovia para praticar o comércio (inclusive com o Zimbabwe), não deixam de continuar com seu modo de vida rural. De qualquer forma, nessa atividade comercial vale destacar a importância da vila Eduardo Mondlane, última estação antes da entrada no Zimbabwe e que funciona também como posto fronteiriço<sup>11</sup>.

Além de rota ferroviária, Chicualacuala é também parte da Área de Conservação Transfronteiriça do Limpopo, englobando assim a tríplice fronteira entre Moçambique, Zimbabwe e África do Sul. A tríplice fronteira é o centro geográfico dessa área de conservação, tendo, portanto, muita importância para os três países envolvidos na administração da área, que tem nesse acesso triplo um ponto estratégico para o turismo e para os corredores ambientais. Bochinno (2008), porém, argumenta que se a tríplice fronteira é central para a área de conservação, ela tem uma localização periférica em relação aos centros de poder político dos três países, o que dificulta a ação e investimento dos governos em relação ao local. Contudo, essa dificuldade não está relacionada à inacessibilidade do local (ainda que exista esse problema), mas sim à falta de interesse dos governos em relação à periferia de seus territórios.

### *O distrito de Manica*

Se os distritos anteriormente estudados eram relativamente pouco populosos e povoados, Manica muda o panorama: o distrito possui cerca de 199.000 habitantes, com uma média de 43,3 hab/km<sup>2</sup>, sendo 85% dessa população de matriz rural (igualando-se nesse quesito aos outros distritos). Apenas 6% da população tem acesso à energia elétrica, concentrando-se essa população na cidade de Manica. Assim como nos outros distritos, a principal atividade econômica do distrito é a agricultura, especialmente a familiar, e a disputa por posse de terras férteis é um problema para o distrito, mais especificamente na faixa de fronteira com o Zimbabwe e na zona do Corredor da Beira.

O Corredor da Beira é uma rota que liga a cidade portuária da Beira ao Zimbabwe, chegando à sua capital, Harare, através de rodovias e uma ferrovia atravessando o distrito de Manica (**Mapa 3**). Esse corredor, para

---

<sup>10</sup> Existem ainda 745 km de estradas secundárias e terciárias, que segundo o Perfil Distrital de Chicualacuala estão em estado de trânsito precário.

<sup>11</sup> Importante dizer, ao menos quando da minha estada em Moçambique em 2008/2009, o trem de passageiros só funcionava até essa estação, fazendo com que aqueles que quisessem prosseguir viagem para o interior do Zimbabwe precisassem seguir em chapas ou em carona. Para os trens de carga, até onde foi possível apurar a transição entre os dois territórios é feita normalmente.

além de estimular a economia da região, tem a importante função de fornecer ao Zimbabwe uma saída para o mar.



**Mapa 3: O Corredor da Beira**

**Fonte:** [maps.google.com](https://maps.google.com)

A grande atividade em torno desse corredor é, sem dúvida, o comércio. Os produtores de Manica deslocam-se nesse corredor buscando vender sua produção, principalmente nas cidades da Beira, Chimoio, Mutare e Manica. A cidade de Manica localiza-se entre Chimoio e Mutare, mais próxima da última, já em território zimbabweano, e que funciona como posto fronteiriço com Moçambique. Do lado moçambicano, o posto fronteiriço é conhecido por Machipanda. A cidade de Mutare, no Zimbabwe, é um grande exemplo da força da relação, principalmente comercial, entre os dois países. Mutare é a 4ª cidade mais populosa do Zimbabwe, com 170.000 habitantes (atrás apenas da capital Harare, Bulawayo e Chitungwiza)<sup>12</sup>, e é largamente utilizada por moçambicanos para realizar o comércio e mesmo procurar por outros serviços como educação e saúde.

Pophiwa (2006) faz um estudo de caso sobre as relações entre duas comunidades fronteiriças: a de Penhalonga, no Zimbabwe, localizada a 12 km de Mutare, e sua correspondente do outro lado da fronteira, em Moçambique – a comunidade de Nyaronga. Ambas as comunidades giram em torno da extração mineral, inclusive com uma empresa privada zimbabweana praticando essa atividade em Nyaronga. A relação de Nyaronga com o Zimbabwe é descrita por Pophiwa (2006, p. 11) da seguinte maneira:

“A fronteira é porosa para os Nyaronga que a cruzam diariamente atrás de assistência médica e lojas para comprar produtos industrializados estrangeiros. Até mesmo a maioria das crianças frequenta escolas zimbabweanas. A migração é causada pela falta de infraestrutura social e canais de mercado do lado moçambicano [...]”<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> [en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_cities\\_and\\_towns\\_in\\_Zimbabwe](https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_cities_and_towns_in_Zimbabwe) (baseado no Censo de 2002)

<sup>13</sup> Tradução nossa. No original: “The border is porous for the Nyaronga who cross daily to seek medical aid and shops to buy foreign industrial products. Even most of the children go to Zimbabwean schools. The migration is caused by lack of social infrastructure and marketing channels on the Mozambican side”

Essa continuidade territorial vivida pelos habitantes de fronteira de ambos os países estimula também o comércio entre eles, sendo comum a prática de um comércio fronteiriço na região, que é visto pelos governos nacionais como clandestino. Ambos os Estados, moçambicano e zimbabweano, tratam esse comércio fronteiriço como crime, inclusive com uso de forças armadas (principalmente do lado do Zimbábwe), ainda que não seja mais necessário visto de entrada entre os dois países - o que a princípio poderia nos levar a entender que o fluxo de pessoas e bens fosse mais dinâmico. Com esse rígido controle em relação ao comércio de fronteira, a solução encontrada pelos comerciantes é o de praticar essa atividade de madrugada, quando os guardas já não patrulham mais, cruzando a fronteira por volta das 2h da manhã e retornando por volta das 4h, antes dos guardas acordarem. De qualquer modo, esse comércio fronteiriço também é feito durante o dia, geralmente com os comerciantes contratando carregadores especializados em fugir da patrulha de fronteira por caminhos alternativos, os chamados “Majorijo” (POPHIWA, 2006).

### **A fronteira Moçambique-Zâmbia**

A fronteira Moçambique-Zâmbia é, sem dúvidas, a menos documentada tanto academicamente quanto em documentos de instituições e notícias de jornal. Dessa maneira, nossa abordagem em relação a essa fronteira se dará exclusivamente por meio dos Perfis Distritais disponibilizados na internet pelo governo moçambicano.

Se a fronteira com a Zâmbia é a menos abordada, muito se deve ao fato de ser essa fronteira a mais remota em todo o território moçambicano, estando em uma distância mínima de 300 km da cidade mais próxima, Tete, capital da província com mesmo nome. Em alguns casos, a distância é menor em relação à Lusaka, capital zambiana, do que em relação à Tete.

#### *Os distritos de Zumbo, Marávia e Chifunde*

O isolamento da região de fronteira não significa, porém, que se trata de distritos despovoados. Pelo contrário, a população total e a densidade populacional dos três distritos que fazem fronteira com a Zâmbia (Zumbo, Marávia e Chifunde) se assemelham àquelas vistas de modo geral ao longo do trabalho, sendo em alguns casos ainda maior. O distrito de Zumbo possui aproximadamente 44.000 habitantes, com uma densidade de 3,7 hab/km<sup>2</sup>; o distrito de Marávia, por sua vez, tem cerca de 70.600 habitantes, distribuídos em 4,1 hab/km<sup>2</sup>; por fim, o distrito de Chifunde conta com 61.000 habitantes e uma densidade de 6,5 hab/km<sup>2</sup>. O que faz, portanto, com que os distritos de fronteira com a Zâmbia sejam isolados dessa maneira?

O principal problema desses distritos é a falta de infraestruturas. A ligação rodoviária com o resto de Moçambique, e mesmo com a Zâmbia, é deficitária. Boa parte das estradas é intransitável (fruto também da guerra civil), e mesmo as que estão regulares não comportam um tráfego muito grande. O principal meio de

transporte desses distritos são os “chapas”, inclusive para os deslocamentos internacionais, além das bicicletas<sup>14</sup>. Mas não é apenas na questão dos transportes que a infraestrutura é deficiente.

Uma parte ínfima da população tem acesso à energia elétrica, geralmente nas vilas e através de geradores. O acesso à água canalizada também é muito restrito, e a principal fonte de água potável são os rios, o que muitas vezes acarreta doenças às populações. Por fim, somados os três distritos abordados, existe apenas um estabelecimento comercial, no distrito de Chifunde, fazendo com que, assim como em todas as outras fronteiras estudadas até aqui, a agricultura seja a principal atividade econômica, seguida do comércio local (através de pequenas bancas e do comércio de fronteira).

O comércio local, assim, é também a principal dinâmica de fronteira entre Moçambique e Zâmbia. Segundo o Perfil Distrital de Zumbo (2005, p. 6),

“A fronteira com a República da Zâmbia é aberta numa faixa de 250 km, o que facilita o comércio ilegal (saída e entrada) de mercadorias e pessoas que fogem ao controle do Governo Distrital devido à falta de meios humanos (Forças de Guardas de Fronteiras, fiscais) de transporte e financeiros.”

Além disso,

“O excedente agrícola (cereais) é comercializado por empresários zambianos, já que os poucos intervenientes nacionais estão descapitalizados, as vias de acesso são precárias, ao que se acrescenta a distância de 520 km que o separa da cidade capital (p. 19)”.

Também o Perfil do Distrito de Marávia (2005, p. 50) dá um exemplo da dinâmica comercial de fronteira: “o Posto Administrativo de Malowera, tido com um dos grandes produtores de milho, vê-se obrigado a comercializar grande parte da sua produção na vizinha Zâmbia, devido às difíceis condições das rodovias”.

Além das atividades de agricultura familiar e do comércio local, existem também empresas estrangeiras de exploração agrícola (principalmente de tabaco e algodão) e ONG’s estrangeiras que atuam na área de fronteira com a Zâmbia.

## **A fronteira Moçambique-Malawi**

Em grande parte devido à contiguidade territorial e laços históricos existentes entre os territórios e as populações de Moçambique e do Malawi, existem basicamente duas grandes dinâmicas existentes ao longo da zona de fronteira entre os dois Estados.

A primeira dessas dinâmicas é o trabalho migratório, conhecido entre moçambicanos e malawianos como “ganyu”, já discutido por Whiteside (2001). O comércio de fronteira é a segunda dinâmica existente entre Moçambique e Malawi. Segundo Bata (2005), o principal produto comercializado de Moçambique para o Malawi é o milho, exportado por dois postos fronteiriços: o de Milange-Muloza, cuja produção é oriunda principalmente dos distritos de Mocuba, Ilé, Gurué, Lugela e Namarroi, na província da Zambézia, e o posto fronterício de Kalanje-Mtembo, com o milho vindo dos distritos de Ngauma, Lichinga e Mandimba,

---

<sup>14</sup> No distrito de Zumbo, segundo o Perfil Distrital, também se realiza o transporte fluvial.

na província de Niassa. A produção é transportada desses distritos por caminhão até a fronteira, onde diversos comerciantes cruzam a fronteira com bicicletas carregadas de pesados sacos de milho para efetuar a venda no território vizinho<sup>15</sup>, onde são novamente colocados em caminhões e levados para as cidades de Blantyre e Lilongwe, no Malawi. O comércio é efetuado em ambos os lados da fronteira com base no Kwacha, moeda malawiana, que é aceita até um raio de 120 km para o interior de Moçambique a partir da fronteira. Além desse transporte de produtos de um país para outro, Whiteside (2001) indica a existência de diversas feiras na região de fronteira do Malawi, para onde os moçambicanos se deslocam atrás de bens de consumo os quais não tem acesso em Moçambique. Como uma forma de protecionismo econômico, as autoridades moçambicanas começaram a desenvolver feiras do mesmo tipo no lado moçambicano da fronteira, evitando assim que os residentes de seu país gastem seu dinheiro no território vizinho.

A fronteira Moçambique-Malawi é a que possui o maior número de distritos fronteiriços, doze no total, fazendo com que, assim como no caso da fronteira Moçambique-Zimbabwe, sejam abordados apenas aqueles que possuam uma característica especial. Serão abordados, dessa forma, quatro distritos: primeiramente serão aprofundados conjuntamente os distritos de Angônia e Tsangano; depois, isoladamente o distrito de Milange; por fim, será feita uma análise do distrito de Lago.

### *Os distritos de Angônia e Tsangano*

São dois os elementos que nos levaram a realizar uma abordagem mais aproximada desses dois distritos, localizados no extremo nordeste da província de Tete: o grande efetivo populacional e a proximidade com a capital do Malawi, Lilongwe.

O distrito de Angônia possui cerca de 330.000 habitantes, com 101,4 hab/km<sup>2</sup>, enquanto o distrito de Tsangano tem aproximadamente 142.000 habitantes distribuídos em 37 hab/km<sup>2</sup>. Essa considerável população (majoritariamente rural, com um índice de apenas 8% de urbanização em Angônia) é explicada, em parte, pela proximidade desses distritos em relação à Lilongwe, muito mais próxima de ambos do que a capital provincial de Tete. Considerando que a quase totalidade das estradas da região são de terra batida<sup>16</sup>, a diferença da distância entre esses centros comerciais em relação aos distritos fica maior ainda. Além disso, segundo Whiteside (2001), passa muito próxima aos distritos (principalmente na região de fronteira) uma rodovia ligando as duas maiores cidades do Malawi - Lilongwe e Blantyre -, abrindo possibilidades para o comércio de fronteira dos excedentes agrícolas. Assim, grande parte da produção e da atividade comercial de Angônia e Tsangano é direcionada ao Malawi, sendo esse país o maior fornecedor de alimentos para os distritos. Segundo o Perfil do Distrito de Angônia (2005, p. 6), “A principal fonte de aquisição de alimentos para o consumo das famílias são os mercados ao longo da fronteira com o Malawi”.

---

<sup>15</sup> Esses ciclistas são localmente conhecidos como “Adyanji” (BATA, 2005).

<sup>16</sup> No distrito de Tsangano, todos os 162 km de estradas são de terra batida, que ficam intransitáveis na época de chuvas. (Perfil do Distrito de Tsangano, 2005)



Todo esse movimento voltado à fronteira com o Malawi acaba por gerar problemas relacionados ao acesso e à posse de terras na zona de fronteira, relatados pelos Perfis de Distrito disponibilizados pelo governo moçambicano: o Perfil do Distrito de Angônia (2005, p. 16) diz que “todas as terras aráveis, nas encostas mais baixas e nos vales ondulantes do planalto, estão ocupados por casas e machambas<sup>17</sup>”. Já no Perfil do Distrito de Tsangano (2005, p. 4), a situação na fronteira é abordada mais detalhadamente:

“No distrito tem existido alguns conflitos por posse de terra, pastagens, água e lenha, principalmente ao longo da fronteira com o Malawi. Em algumas zonas, os conflitos devem-se ao fato da população não querer ir para o interior, preferindo ficar perto da fronteira”.

A agricultura familiar e o comércio de seus excedentes não são, porém, a única forma de produção e venda nesses distritos. Existe um investimento pesado de empresas agrícolas, principalmente no distrito de Angônia, que acaba por ocupar boa parte das terras disponíveis no distrito. Instituído a cultura de rendimento, onde o agricultor familiar não produz para seu consumo, mas exclusivamente para venda, e em grande quantidade, essas empresas compram toda a produção a preços baixos, para depois eles próprios exportarem. Destacam-se a empresa Mozambique Leaf Tobacco, na produção de tabaco, e a Cheatah Limited, que financia a produção de páprica.

Além dessas empresas, outras organizações estrangeiras estão presentes nos distritos: a União Européia e o Banco Mundial financiaram projetos de captação de água em Angônia, enquanto ONG's e cooperações internacionais promovem programas de assistência social, proteção do meio ambiente e desenvolvimento rural em Tsangano.

### *O distrito de Milange*

Da mesma forma que os dois distritos abordados na seção anterior, a abordagem de Milange nesse trabalho se deu por seu grande efetivo populacional e pela proximidade de uma cidade malawiana, nesse caso em relação à Blantyre. O distrito de Milange é mais próximo de Blantyre do que dos centros comerciais do centro/norte de Moçambique, como as cidades de Quelimane e Nampula. Assim, a população se concentra próxima à fronteira para usufruir dos serviços malawianos e comerciar sua produção excedente, sobretudo o milho (WHITESIDE, 2001). Além disso, muitos habitantes migram de Milange para o Malawi para trabalhar nas plantações de chá e cana-de-açúcar (ALFREDO, 2004).

Milange possui uma população de aproximadamente 418.000 habitantes, sendo que apenas 5% desse contingente é urbano. Dessa forma, a agricultura aparece como a principal estratégia de sobrevivência, seguida do comércio, geralmente dos excedentes de produção. Segundo o Perfil do Distrito de Milange (2005), existem apenas 13 estabelecimentos comerciais no distrito.

Alfredo (2004) constata que a densidade populacional do distrito de Milange diminui conforme se distancia da fronteira com o Malawi, e também se concentra em torno das estradas (que segundo o autor são

---

<sup>17</sup> O termo “machamba” é quase um sinônimo de “roça”, ou seja, uma área reservada exclusivamente para o cultivo da terra.

quase na totalidade de terra batida, com apenas 5 km de estrada asfaltada ligando a sede do distrito ao Malawi), onde é mais fácil para os moradores realizar o comércio. Assim, a distribuição espacial da população no distrito de Milange é organizada com base na fronteira com o Malawi e no comércio.

### *O distrito de Lago*

O distrito de Lago possui uma característica que o diferencia de todos os outros distritos moçambicanos, abordados no presente artigo ou não. Nenhum trecho da sua zona de fronteira com o Malawi<sup>18</sup> é terrestre, mas sim lacustre. O lago Niassa é dividido entre os dois territórios, malawiano e moçambicano, e sua área em Moçambique é quase totalmente inserida no distrito de Lago. Existem, inclusive, duas pequenas ilhas que a princípio estariam em território moçambicano, mas que pertencem ao Malawi.

De qualquer maneira, o fato da fronteira ser um lago, faz com que as características do distrito de Lago sejam únicas em Moçambique. Em primeiro lugar, ao contrário do que foi visto até aqui, a agricultura não é a atividade principal do distrito, mas sim a pesca. A agricultura vem em segundo lugar, sendo que o comércio não é muito desenvolvido, ainda que exista uma rota comercial com a capital da província de Niassa, Lichinga.

Essa proximidade com o lago tem como consequência uma aglomeração da população na costa. Segundo o Perfil do Distrito de Lago (2005, p. 9), “Mais de 95% das aldeias localizam-se junto às margens do lago em distâncias inferiores a 10 km, atraídas pelos recursos lacustres, principalmente água”. A população raramente deixa a zona costeira, e quando o faz, é para praticar a agricultura nas matas do interior do distrito. Apesar dessa relação com o lago, não existe um transporte público lacustre, havendo apenas embarcações privadas e 3 pequenos portos, em Kóbwe, Metangula e Meponda. Uma embarcação malawiana garante a comunicação entre os dois territórios.

Em relação às estradas do distrito, existe uma asfaltada que faz a ligação com Lichinga, geralmente através de “chapas”, sendo o restante de terra batida. Por ser uma zona de confluência de diversos rios, essas estradas são auxiliadas por inúmeras pontes, que nas épocas chuvosas acabam por ser tomadas pela água, deixando diversas comunidades isoladas.

Por fim, o distrito possui um grande potencial turístico em virtude do lago Niassa e suas praias lacustres.

### **A fronteira Moçambique-Tanzânia**

Boa parte da zona de fronteira entre Moçambique e Tanzânia faz parte da Reserva Nacional do Niassa (**Mapa 4**), sendo pouco populosa e sem muitas dinâmicas fronteiriças. A oeste da Reserva situa-se uma parte do distrito de Sanga e o distrito de Lago, já abordado anteriormente na seção de fronteira com o

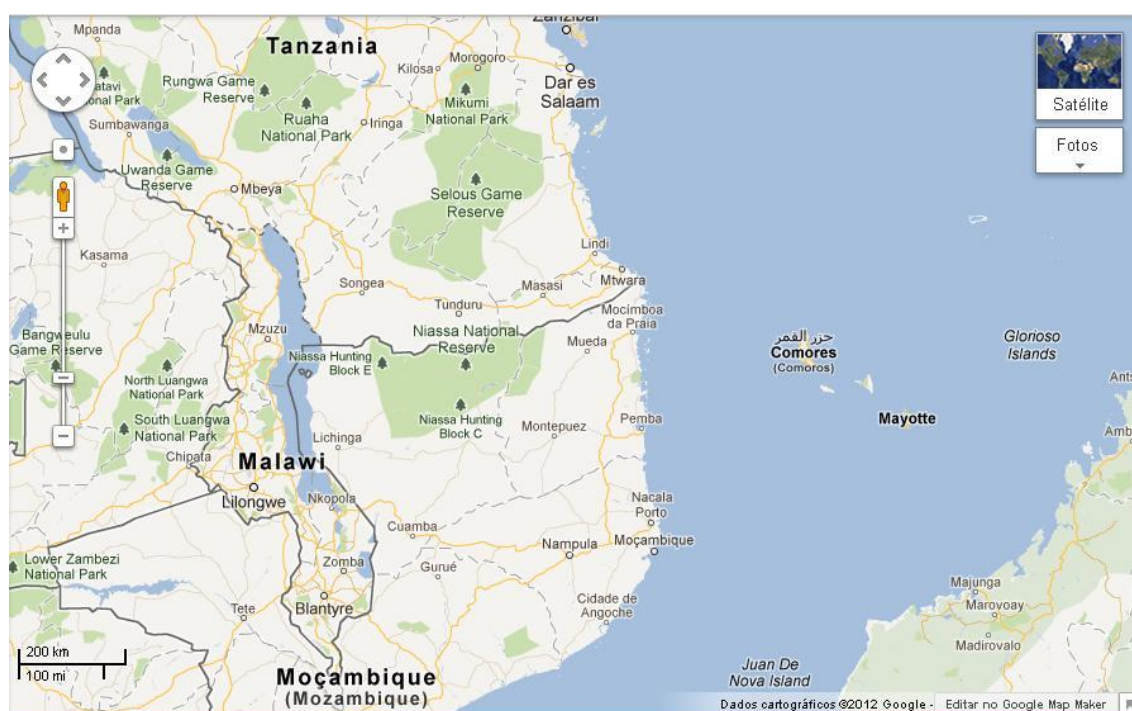
---

<sup>18</sup> O distrito também faz fronteira com a Tanzânia.

Malawi. Assim, serão abordados nesta seção apenas os três distritos a leste da Reserva do Niassa, que são os que possuem uma ligação mais próxima de transportes com a Tanzânia: Mueda, Nangade e Palma.

### *Os distritos de Mueda, Nangade e Palma*

Ainda que relativamente isolados dos centros comerciais de Moçambique, os distritos abordados possuem uma população razoável: Mueda conta com cerca de 122.000 habitantes, Nangade com 63.000 e Palma com 52.000. A principal atividade desses distritos, como em grande parte do país, é a agricultura, seguido do comércio. Esse comércio, porém, é basicamente local, devido ao isolamento dos distritos em relação aos centros comerciais, ainda que esporadicamente apareçam comerciantes de Pemba e Nampula para adquirir produtos locais.



**Mapa 4:** A Reserva Nacional do Niassa

**Fonte:** [maps.google.com](https://maps.google.com)

A fronteira com a Tanzânia, aliás, é a primeira estudada nesse trabalho onde a interação entre os territórios nacionais é praticamente inexistente<sup>19</sup>. Segundo o Perfil do Distrito de Mueda (2005, p. 7), “Apesar de ser um distrito fronteiriço, não há conhecimento de trocas comerciais entre as populações do distrito e da Tanzânia”. De qualquer maneira, o Perfil do Distrito de Nangade (2005) afirma que, apesar das fracas ligações comerciais do distrito com outras áreas, alguns camponeses costumam ir à Pemba e à Tanzânia para vender parte de sua produção.

Esse isolamento se dá, principalmente, por falta de infraestruturas de transporte: todas as estradas de Mueda são de terra batida, ficando intransitável na época chuvosa; Nangade possui apenas uma ligação

<sup>19</sup> A Ponte da Unidade, que liga por terra os territórios moçambicano e tanzaniano, só foi inaugurada em 2009.

rodoviária, também de terra batida, que liga o distrito à Mueda; apenas Palma, entre os distritos abordados, possui uma estrada asfaltada, que liga o distrito à Mocímboa da Praia, além de funcionar também o transporte marítimo, por se situar na zona costeira.

## **Considerações Finais**

Em um território com tão extensa faixa de fronteira como o moçambicano, não é de se estranhar a diversidade de dinâmicas existentes ao longo dos distritos fronteiriços abordados nesse artigo, principalmente pela igual diversidade de territórios vizinhos.

Existem distritos mais isolados, como na fronteira com a Zâmbia, e distritos mais integrados à economia regional, como os distritos de Moamba e Manica, nas fronteiras com a África do Sul e Zimbabwe, respectivamente. Existem distritos mais voltados ao turismo, como o distrito de Matutuíne (África do Sul), outros estruturados pela ferrovia, como Chicualacuala (Zimbabwe), e até distritos cuja dinâmica principal é a pesca, como no distrito de Lago (Malawi).

De qualquer maneira, é possível também perceber que, mesmo com a grande diversidade populacional e econômica, existem algumas características que perpassam quase todos os distritos estudados, e que de certa maneira são passíveis de ser encontradas em todo o território moçambicano: a predominância do meio rural, a importância do comércio e a precariedade das infraestruturas, principalmente as de transportes.

As fronteiras internacionais, por serem zonas de transição entre territórios, correspondem a espaços influenciados tanto pelo território onde se situam (Moçambique no caso) como pelos territórios que fazem essa transição (os Estados vizinhos). Por essa razão é possível encontrar tanto uma unidade de características entre os distritos fronteiriços, marcadamente moçambicanos, quanto uma diversidade, com elementos próprios de África do Sul, Suazilândia, Zimbabwe, Zâmbia, Malawi e Tanzânia.

Se o interesse pela integração regional, sintetizado pela existência da SADC, continuar a pautar o presente e o futuro da região, a consideração das fronteiras como exemplos concretos de unidade e diversidade territorial precisa estar na ordem do dia.

## **Referências Bibliográficas**

ALFREDO, Fidélito Vicente. *Diferenciação espacial da população no distrito de Milange*. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2004. 40 p.

ANTAS JÚNIOR, Ricardo Mendes. *Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito*. São Paulo : Humanitas, 2005. 248p.

BILA, José Armando. *O papel das instituições governamentais e não-governamentais na reinserção do repatriado compulsivo. Estudo de caso do Posto Administrativo de Ressano Garcia, Distrito de Moamba, 1994-2004*. Monografia (Licenciatura em História) - Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2007. 45 p.

BOCCHINO, Clara. *Is Mozambique the new South African frontier? The socio-economic impact of the Great Limpopo Transfrontier Conservation Area on the livelihood strategies of border communities in the Pafuri Administrative Post*. Tese (Doutorado em Qualidade Ambiental e Desenvolvimento Econômico Ambiental) - Universidade de Bologna, Bologna, 2008. 275 p.

GOTTMAN, Jean [1975]. “A evolução do conceito de território”. In: *Boletim Campineiro de Geografia*, v.2, n. 3, p. 523-545, 2012.

MANGANHELA, Augusta de Fátima Lucas. *A influência do Mukhero nas receitas das alfândegas de Moçambique: o caso da fronteira de Namaacha (1987-2005)*. Monografia (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2006. 50 p.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. São Paulo : Contexto, 1992. 91 p.

MASSAIETE, Boaventura Salvador. *Chicualacuala: a guerra na fronteira (1975-1992)*. Monografia (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1999. 83 p.

MUENDHANE, Bernardo Antonio. *A dinâmica migratória de moçambicanos para a Suazilândia e transformações sócio-econômicas nas comunidades locais de Namaacha, 1984-1992*. Monografia (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2006. 45 p.

MUNGOI, Dulce Maria. *Identidades viajeiras: família e transnacionalismo no contexto da experiência migratória de moçambicanos para as minas da terra do Rand, na África do Sul*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. 243 p.

POPHIWA, Nedson. “The Border moves at night!” The experiences of smuggling among the Penhalonga and Nyaronga communities astride the Zimbabwe-Mozambique border”. In: *Forced Migration Studies Programme Seminar Series*, University of the Witwatersrand, Johannesburg, 2006. 19 p.

SANTOS, Milton [1996]. *A natureza do espaço*. São Paulo : EDUSP, 2012. 384 p.

\_\_\_\_\_ [1978]. *Por uma geografia nova. Da Crítica da Geografia à Geografia Crítica*. São Paulo : EDUSP, 2002. 285 p.

### **Material Eletrônico (disponível na Internet)**

BATA, M. O.; DRADI, S.; CHAPASUKA, E.; RODRIGES, C. L.; MABOTA, A.; SAMIKWA, D. “A Report on a Joint Rapid Assessment of Informal Cross Border Trade on the Mozambique-Malawi border Regions Conducted between 27 June-1 July 2005”, 2005. Disponível em:

[http://www.sima.minag.org.mz/Joint\\_Visit\\_Final\\_Report.pdf](http://www.sima.minag.org.mz/Joint_Visit_Final_Report.pdf) (acessado em 31/07/2015)

GOVERNO MOÇAMBICANO – Perfis dos Distritos de Angónia, Chicualacuala, Chifunde, Lago, Magude, Manica, Marávia, Massingir, Matutuíne, Milange, Moamba, Mueda, Namaacha, Nangade, Palma, Tsangano e Zumbo. Disponível em <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Perfis-dos-Distritos> (acessado em 04/08/15)

WHITESIDE, Martin. “Neighbours in development: livelihood interactions between northern Mozambique and southern Malawi. A consultancy report for DFID, 2001”.

Disponível em: [http://www.sarpn.org/CountryPovertyPapers/may2002/dfid/neighbours\\_develop.pdf](http://www.sarpn.org/CountryPovertyPapers/may2002/dfid/neighbours_develop.pdf)

(acessado em 31/07/2015)